

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2016, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

INTRODUÇÃO

A conta de gerência de 2016 reflete a continuidade de um trabalho de gestão na senda da reabilitação económica e financeira do município, dando cumprimento à prioridade traçada para o presente mandato - o equilíbrio das contas do município.

Foi um trabalho árduo, que é para continuar e que só terminará quando a situação do município estiver completamente equilibrada, que foi desenvolvido tendo sempre bem presente que o fim que nos move é o de retomar o desenvolvimento económico do concelho e melhorar a qualidade de vida dos Santacombadenses.

Mas, por força deste desígnio desenvolvido ao longo destes três anos do mandato e da implementação de uma estratégia para o desenvolvimento do concelho, os resultados começam a ser visíveis.

Quanto ao desenvolvimento industrial, está em construção uma unidade de fabrico de refeições ultracongeladas maioritariamente para exportação e que empregará numa primeira fase perto de noventa trabalhadores, dos quais a maioria serão do sexo feminino. Outras empresas têm manifestado interesse em se instalar no nosso concelho.

Tal como temos vindo a afirmar, Santa Comba Dão tem um enorme potencial para o setor do turismo. Assim, no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), foram definidos um conjunto de intervenções que apoiarão o desenvolvimento desta estratégia. Está já em requalificação um espaço degradado e desordenado no centro da cidade. Seguir-se-á a requalificação de toda a zona da ribeira das hortas, a jusante da ponte, e que incluirá a requalificação da antiga central elétrica, do lagar de azeite, a construção de passadiços e do arranjo urbanístico da zona envolvente.

Ao mesmo tempo estão a ser preparadas intervenções noutros locais do concelho, com vista ao seu aproveitamento do ponto de vista turístico, de que se realça a ligação da estação de comboio à ecopista, a Srª da Ribeira e a Escola Cantina Salazar.

Todos estes projetos estão a entusiasmar os operadores turísticos, continuando a verificar-se novos investimentos em espaços de alojamento.

Da análise aos documentos do município relativos ao ano de 2016, a nível orçamental, verifica-se uma diminuição do orçamento da receita, comparativamente a 2015, de 3.605.370,86€. O grau de execução orçamental da receita foi de 84,46%, evidenciando uma orçamentação cada vez mais realista, embora condicionada pelo valor da despesa realizada e não paga de anos anteriores. O comportamento geral das receitas próprias continuou a ser positivo, com um acréscimo em termos de valor absoluto relativamente a 2015 de 39.968,22€.

A análise orçamental da despesa, a partir dos “valores executados”, revela um ligeiro aumento do respetivo

grau de execução na ordem dos 0,19%. Como resultado da continuada implementação de medidas da redução das despesas ao nível de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital, entre outras, verificou-se que o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em 3.567.768,40€.

Da análise económica ressalta um valor de proveitos de 9.241.569,29€ superior ao ano de 2015 em 21,31%. Quanto aos custos, verificou-se, comparativamente a 2015, uma diminuição de 3.817.062,51€, para a qual contribuiu, entre outros, o facto de não terem sido criadas novas provisões.

Relativamente ao endividamento, a dívida total da área do município diminuiu de 16.316.490€ para 14.069.329€; verificou-se deste modo uma variação da dívida de (-13,74%) e uma variação do seu excesso de (-38,36%).

Quanto às dívidas a terceiros de curto prazo reduziram 811.417,08€ (-29,09%), esta dívida inclui o valor de 783.619,51€ referente à obrigatoriedade de devolução à Agência para a Coesão e Desenvolvimento no âmbito da rescisão dos contratos de financiamento do QREN. As dívidas de longo e médio prazo reduziram 1.389.577,01€ (-10,73%), nesta dívida está incluído o valor de 239.245,55€ resultante da participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2018 a 2021. O total da dívida a terceiros reduziu de 15.737.927,02€, para 13.536.932,93€ uma redução de 2.200.994,09€ (-13,99%).

Face ao exposto, podemos concluir que em 2016 foi dada continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido na senda da reabilitação económica e financeira do município, sem contudo deixar de assegurar os serviços municipais básicos e fundamentais que são a razão de existir dos municípios, assim como foram delineados projetos a executar no âmbito do Portugal 2020 que permitirão relançar o desenvolvimento económico do concelho.

O ano de 2017 vai permitir já a implementação de alguns deles, o que associado a uma campanha de promoção turística que irá ser delineada, estimulará os operadores turísticos e o consequente aumento de visitantes.

É nisto que acreditamos, é por isto que lutamos, pelo que com o contributo de todos, o futuro do nosso concelho só pode ser promissor.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete aumento das receitas próprias. Contudo, continua a existir a impossibilidade de atingir os valores previstos. A sobre dotação de algumas rubricas, nomeadamente de 'Venda de Bens e serviços correntes', 'Outras Receitas Correntes' e 'Outras Receitas de Capital', conduz a que o grau de execução continue baixo. Na tabela seguinte, estão patentes os desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2016				2015			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos diretos	1.699.247,00	1.954.130,68	254.883,68	115,00%	1.615.859,00	2.061.269,33	445.410,33	127,56%
02	Impostos indiretos	61.831,00	59.099,13	-2.731,87	95,58%	66.116,00	56.744,31	-9.371,69	85,83%
04	Taxas, multas e outras penalidades	203.341,00	215.615,06	12.274,06	106,04%	217.698,00	180.393,21	-37.304,79	82,86%
05	Rendimentos da propriedade	434.225,00	431.341,40	-2.883,60	99,34%	428.110,00	434.783,63	6.673,63	101,56%
06	Transferências correntes	4.217.264,33	4.238.679,28	21.414,95	100,51%	4.206.934,00	4.120.690,20	-86.243,80	97,95%
07	Venda de bens e serviços correntes	563.696,00	373.802,19	-189.893,81	66,31%	600.821,00	312.932,62	-287.888,38	52,08%
08	Outras receitas correntes	608.350,94	11.329,32	-597.021,62	1,86%	2.118.644,00	27.193,19	-2.091.450,81	1,28%
09	Venda de bens de investimento	37.845,00	104.056,09	66.211,09	274,95%	112.700,00	2.842,53	-109.857,47	2,52%
10	Transferências de capital	385.135,13	389.050,07	3.914,94	101,02%	561.056,60	550.524,32	-10.532,28	98,12%
11	Activos financeiros	1,00	0,00	-1,00	nd	1,00	0,00	-1,00	nd
12	Passivos financeiros	672.432,00	672.249,80	-182,20	99,97%	2.098.733,02	2.098.733,02	0,00	100,00%
13	Outras receitas de capital	1.196.941,53	0,00	-1.196.941,53	nd	23.182,94	22.700,00	-482,94	nd
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.346,00	1.555,43	209,43	115,56%	100,00	12.102,26	12.002,26	12102,26%
16	Saldo da gestão anterior	410.758,79	410.758,79	0,00	100,00%	2.047.830,02	2.047.830,02	0,00	100,00%
Total Receitas		10.492.414,72	8.861.667,24	-1.630.747,48	84,46%	14.097.785,58	11.928.738,64	-2.169.046,94	84,61%

Unid.: Euro

O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2015 em 3.605.370,86 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2016 foi de 84,46%.

Verifica-se uma diminuição, de cerca de 0,15%, na taxa de execução do orçamento da receita. A diminuição do grau de execução orçamental resulta da uma orçamentação da receita mais realista, embora continue condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga nos exercícios anteriores, mas, exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que obriga a projeção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa aumentou de 99,52% para 99,71% se considerarmos os valores 'executados', e de 81,73% para 81,76 % se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2016							
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.	
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	11.600,00	8.602,17	-2.997,83	74,16%	8.602,17	-2.997,83	74,16%	
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	200,00	0,00	-200,00	0,00%	0,00	-200,00	0,00%	
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.438.019,48	2.437.996,48	-23,00	100,00%	2.404.439,48	-33.580,00	98,62%	
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	3.443.338,16	3.424.287,24	-19.050,92	99,45%	2.953.591,77	-489.746,39	85,78%	
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	315.576,90	315.566,90	-10,00	100,00%	257.681,58	-57.895,32	81,65%	
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	40.580,70	40.580,70	0,00	100,00%	40.567,22	-13,48	99,97%	
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	686.769,76	686.423,75	-346,01	99,95%	555.684,05	-131.085,71	80,91%	
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	102.718,88	95.048,88	-7.670,00	92,53%	95.048,88	-7.670,00	92,53%	
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	59.812,00	59.812,00	0,00	100,00%	59.812,00	0,00	100,00%	
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	112.000,00	112.000,00	0,00	100,00%	112.000,00	0,00	100,00%	
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	483.858,82	483.858,82	0,00	100,00%	288.860,93	-194.997,89	59,70%	
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	2.797.940,02	2.797.939,77	-0,25	100,00%	1.802.014,81	-995.925,21	64,41%	
Total despesas		10.492.414,72	10.462.116,71	-30.298,01	99,71%	8.578.302,89	-1.914.111,83	81,76%	

Unid.: Euro

Rub.	Designação	2015						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
0101 01	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	15.050,00	14.045,06	-1.004,94	93,32%	14.045,06	-1.004,94	93,32%
0101 02	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	200,00	0,00	-200,00	0,00%	0,00	-200,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.499.154,00	2.495.230,34	-3.923,66	99,84%	2.448.199,07	-50.954,93	97,96%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	4.350.108,00	4.329.251,29	-20.856,71	99,52%	3.459.441,54	-890.666,46	79,53%
0102 04	Câmara Municipal - Transferências correntes	304.944,00	299.779,35	-5.164,65	98,31%	250.602,79	-54.341,21	82,18%
0102 06	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	29.410,00	27.523,53	-1.886,47	93,59%	27.510,05	-1.899,95	93,54%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	2.383.164,00	2.353.210,00	-29.954,00	98,74%	2.029.433,58	-353.730,42	85,16%
0102 08	Câmara Municipal - Transferências de capital	412.744,00	409.788,88	-2.955,12	99,28%	409.788,88	-2.955,12	99,28%
0102 09	Câmara Municipal - Activos financeiros	153.909,11	153.859,11	-50,00	99,97%	153.859,11	-50,00	99,97%
0102 11	Câmara Municipal - Outras despesas de capital	4.000,00	4.000,00	0,00	100,00%	4.000,00	0,00	100,00%
0103 03	Operações financeiras - Juros e outros encargos	567.357,94	565.622,24	-1.735,70	99,69%	441.608,59	-125.749,35	77,84%
0103 10	Operações financeiras - Passivos financeiros	3.377.744,53	3.377.575,31	-169,22	99,99%	2.283.786,84	-1.093.957,69	67,61%
Total despesas		14.097.785,58	14.029.885,11	-67.900,47	99,52%	11.522.275,51	-2.575.510,07	81,73%

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela um aumento no respetivo grau de execução na ordem dos 0,19 p.p.. Em termos de valores absolutos, o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em 3.567.768,40 euros.

Considerando valores absolutos, tendo como referência os valores 'executados', pela Câmara Municipal, verificamos:

- Despesas com Pessoal – diminuição de 2 p.p., cerca de 62.676,75€;
 - Aquisição de Bens e serviços – diminuição de 21 p.p., cerca de 904.964,05€;
- Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa salientando-se a aquisição de combustíveis, material de limpeza e higiene, material de escritório, peças de material de transporte e outras, ferramentas e utensílios, outros bens, locação de material de transporte, comunicações, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, publicidade, assistência técnica e outros trabalhos especializados;
- Transferências Correntes – aumento de 5 p.p., cerca de 15.787,55€;
- Contribui para o aumento desta rubrica as transferências efetuadas para a administração local e famílias;
- Outras despesas correntes – aumento de 47 p.p., cerca de 13.057,17€;
- Por aumento de restituições de impostos e pagamento de taxas, nomeadamente Imposto Municipal sobre Imóveis e taxas de recursos hídricos.
- Aquisição de bens de capital – diminuição de 71 p.p., cerca de 1.666.786,25€;
- Esta diminuição resulta da implementação de medidas de contenção da despesa;
- Transferências de capital – diminuição de cerca de 77 p.p., cerca de 314.740,00€;
- A rubrica em apreço teve esta diminuição devido à diminuição das transferências efetuadas para as empresas municipais para fazer face às despesas de liquidação;
- Ativos Financeiros – diminuição de 61 p.p., cerca de 94.047,11€;
- Esta diminuição resulta de no ano transato se ter pago, através do empréstimo de reequilíbrio financeiro, a operação 9015005647192 da Combanima – Espaços Municipais, EM;
- Juros e outros encargos – diminuição de 14 p.p., cerca de 81.763,42€;
- Esta rubrica contempla juros de empréstimos, e juros de mora de fornecedores;
- Passivos financeiros – diminuição de 17 p.p., cerca de 579.635,54€;
- Esta rubrica atende a amortização de empréstimos.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental verifica uma relação entre receitas e despesas correntes equilibrada. O superávit verificado resulta da diminuição da despesa corrente (considerando valores de compromissos assumidos) em cerca de 12,91% e o aumento da receita corrente em cerca de 1,23%, ou seja, verifica-se o esforço efetivo pela contenção da despesa em cerca de 11,68%.

As despesas correntes de 2016 ascenderam a 6.733.174,06 euros, enquanto as receitas correntes totalizaram 7.283.997,06 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	7.283.997,06	Receitas	7.194.006,49
Despesas	6.733.174,06	Despesas	7.731.206,81
Superávit 2016	550.823,00	Défi ce 2015	-537.200,32

Unid.: Euro

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital é negativo. As receitas de capital são constituídas maioritariamente pela receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital), proveniente do Mapa XIX do OE2016 e do empréstimo PAEL (3ª tranche – 672.249,80€). As despesas de capital são constituídas maioritariamente pela despesa associada à amortização de empréstimos e à devolução do QREN.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	1.165.355,96	Receitas	2.674.799,87
Despesas	3.751.224,40	Despesas	6.298.433,30
Défi ce 2016	-2.585.868,44	Défi ce 2015	-3.623.633,43

Unid.: Euro

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios tanto em 2016 como nos exercícios transatos. Verifica-se uma diminuição da despesa total em 25,43%, cerca de 3.567.523,40€. A despesa total encontra-se influenciada pela amortização de empréstimos que se encontravam em incumprimento. A receita total apresenta uma diminuição de 25,71%, cerca de 3.067.071,40€. No final do exercício de 2016 aferiu-se um saldo negativo de 1.600.449,47 euros entre receitas e despesas sendo que no final do exercício de 2015 este se cifrava em 2.100.901,47 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	8.861.667,24	Receitas	11.928.738,64
Despesas	10.462.116,71	Despesas	14.029.640,11
Défice 2016	-1.600.449,47	Défice 2015	-2.100.901,47

Unid.: Euro

1.3 EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No final do exercício de 2016 o município cumpriu a regra de equilíbrio orçamental.

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	
Receita Corrente Bruta 2016	7.289.453,57
Despesa Corrente 2016	5.953.743,15
Amortizações Médias Empréstimos 2016	1.285.014,50
Equilíbrio Orçamental	50.695,92

Unid.: Euro

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

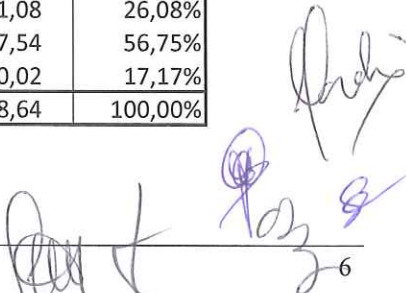
2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITA PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	3.150.929,30	35,56%	3.110.961,08	26,08%
Outras Receitas	5.299.979,15	59,81%	6.769.947,54	56,75%
Saldo Orçamental	410.758,79	4,64%	2.047.830,02	17,17%
Total das Receitas	8.861.667,24	100,00%	11.928.738,64	100,00%

Unid.: Euro



Em 2016 estas receitas corresponderam a 35,56% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de receita arrecadada depende de financiamentos externos à autarquia.

Handwritten signature and initials in blue ink.

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é positivo. Verifica-se, em 2016, um acréscimo de 9,48 p.p. do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2015, com um acréscimo do seu valor absoluto de 39.968,22euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

Rub.	Designação	2016		2015	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos diretos	1.954.130,68	62,02%	2.061.269,33	66,26%
02	Impostos indiretos	59.099,13	1,88%	56.744,31	1,82%
04	Taxas, multas e out pen.	215.615,06	6,84%	180.393,21	5,80%
05	Rendimentos da propriedade	431.341,40	13,69%	434.783,63	13,98%
07	Venda de bens e serv. corr.	373.802,19	11,86%	312.932,62	10,06%
08	Outras receitas correntes	11.329,32	0,36%	27.193,19	0,87%
09	Venda de bens de inv.º	104.056,09	3,30%	2.842,53	0,09%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00%	22.700,00	0,00%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	1.555,43	0,05%	12.102,26	0,39%
Total das receitas próprias		3.150.929,30	35,56%	3.110.961,08	26,08%
Total das receitas		8.861.667,24		11.928.738,64	

Unid.: Euro

Contribui para o aumento das receitas próprias, verificado no exercício de 2016, os impostos indiretos, as taxas, multas e outras penalidades, a venda de bens e serviços correntes e a venda de bens de investimento. Verificou-se contudo uma diminuição nas rubricas de impostos diretos, outras receitas correntes, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 30% da despesa total, representando um acréscimo de 8 pontos percentuais comparativamente ao exercício transato.

Os impostos diretos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 22% da totalidade da receita.

Rácio	2016	2015
Receitas Próprias / Despesa Total	0,30	0,22
Receitas Próprias / Receita Total	0,36	0,26
Impostos Diretos / Receita Total	0,22	0,17

Unid.: Euro

Handwritten signature and initials in blue ink.

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua atividade direta são as transferências correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 59,81% do total das receitas no exercício de 2016, pelo que comparativamente ao exercício transato verificamos um acréscimo de 3,06 p.p. no peso das receitas totais.

Financiamento não próprio	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	4.238.679,28	79,98%	4.120.690,20	60,87%
Transferências capital	389.050,07	7,34%	550.524,32	8,13%
Passivos Financeiros	672.249,80	12,68%	2.098.733,02	31,00%
Total financiamento não próprio	5.299.979,15	59,81%	6.769.947,54	56,75%
Total Receitas	8.861.667,24		11.928.738,64	

Unid.: Euro

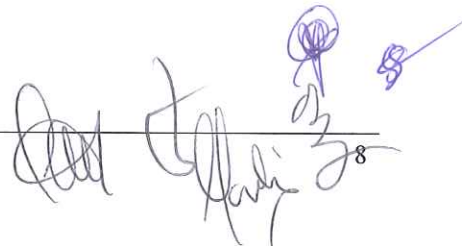
Podemos verificar que, tal como ocorreu no exercício de 2015, no exercício em análise, foram as transferências correntes, que possuíram maior peso (79,98%), verificando-se um aumento em valor absoluto de 117.989,08€. Relativamente ao peso das transferências de capital, podemos verificar que em 2016 existiu uma diminuição face ao peso que detinham em 2015, registando-se, em valor absoluto, uma diminuição de 161.474,25€ nesta rubrica.

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, Lei das Finanças Locais (RFALEI) que estabelece as seguintes formas de participação:

- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de funcionamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM** – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;



- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (91,35%), quer de capital (95,73%).

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	3.871.826,00	91,35%	3.817.239,14	92,64%
Outras Entidades Estado	239.172,89	5,64%	143.264,69	3,48%
Participação Comunitária	823,33	0,02%	0,00	0,00%
Fundos e Serv. Autónomos	49.893,45	1,18%	83.860,59	2,04%
Outras transferências correntes	76.963,61	1,82%	76.325,78	1,85%
Total das Transferências Correntes	4.238.679,28	100,00%	4.120.690,20	100,00%

Unid.: Euro

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	372.447,00	95,73%	360.049,14	65,40%
Outras Entidades Estado	0,00	0,00%	100.692,58	18,29%
Participação Comunitária	16.603,07	4,27%	89.782,60	16,31%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	389.050,07	100,00%	550.524,32	100,00%

Unid.: Euro

No exercício de 2016, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	372.447,00	-	-	372.447,00
Corrente	3.352.027,00	290.414,00	229.385,00	3.871.826,00
Total	3.724.474,00	290.414,00	229.385,00	4.244.273,00

Unid.: Euro

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2016, dos fundos municipais. Assinalamos um acréscimo de 1,23% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2006	4.046.053	-	
2007	4.015.660	-0,75%	
2008	4.152.080	3,40%	
2009	4.460.774	7,43%	
2010	4.506.500	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012
2013	4.067.136	0,00%	Mapa XIX, OE 2013
2014	3.955.241	-2,75%	Mapa XIX, OE 2014
2015	4.192.818	6,01%	Mapa XIX, OE 2015
2016	4.244.273	1,23%	Mapa XIX, OE 2016

Unid.: Euro

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

A autarquia, em 2016, arrecadou receita proveniente de fundos comunitários, no âmbito dos programas de Modernização Administrativa SAMA, POVT e PO ISE, como se pode verificar no quadro seguinte:

	2016		2015		2014		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	14.041,50	80,58%	41.112,75	45,79%	0,00	0,00%	195.351,42	67,60%
Outros	3.384,90	19,42%	48.669,85	54,21%	8.817,70	100,00%	93.648,97	32,40%
Total	17.426,40	100,00%	89.782,60	100,00%	8.817,70	100,00%	289.000,39	100,00%

Unid.: Euro

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), nomeadamente no estabelecido no seu Capítulo V – Endividamento.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2016, com os limites de endividamento calculados nos termos do artigo 52º da Lei n.º 73/2013:

Limite	Dívida Total (*)						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.P art (**)	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
10.194.124	01-01-2016						
	15.737.927	578.563	16.316.490	15.885.790	5.691.666		
	31-12-2016						
	13.536.933	532.396	14.069.329	13.702.444	3.508.320		
Variação da Dívida %							-13,74%
Variação do Excesso da Dívida %							-38,36%
Margem Disponível por Utilizar							

Unid.: Euros

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu a dívida em 13,74 p.p. e o excesso de endividamento em 38,36 p.p..

Contribui para o excesso de endividamento o endividamento da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da Comunidade Intermunicipal Viseu dão Lafões e das Empresas Municipais.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

▪ Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	309.829,22
Faturado no ano	301.340,61
Total.....	611.169,83
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	555.684,05

Unid.: Euros

▪ Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	1.312.455,52
Faturado no ano	1.791.247,07
Total.....	3.103.702,59
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.758.890,50

Unid.: Euros

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2016		2015		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	333.774,36	3,61%	297.661,56	3,91%	36.112,80	12,13%
Impostos e taxas	2.210.775,27	23,92%	2.031.453,73	26,67%	179.321,54	8,83%
Variação da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Transferências e subsídios obtidos	4.601.711,41	49,79%	4.524.447,21	59,39%	77.264,20	1,71%
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	nd
Proveitos e ganhos financeiros	531.780,75	5,75%	492.674,29	6,47%	39.106,46	7,94%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.563.527,50	16,92%	271.937,50	3,57%	1.291.590,00	474,96%
Proveitos Totais	9.241.569,29	100,00%	7.618.174,29	100,00%	1.623.395,00	21,31%

Unid.: Euros

Observamos que 49,79% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado, apresentando os proveitos totais um aumento de 21,31%.

Numa análise às rubricas da tabela, verificamos que as Vendas e Prestações de Serviços aumentaram 12,13%. O aumento de 8,83% da rubrica Impostos e Taxas deve-se a uma maior arrecadação de impostos diretos e taxas multas e outras penalidades. No tocante a Transferências e subsídios obtidos o aumento de 1,71% deve-se ao aumento das transferências do Estado e de projetos associados a Fundos Comunitários. Os Proveitos e Ganhos Financeiros aumentaram 7,94% devido a aumento de arrecadação de receita proveniente dos contratos de concessão da EDP e juros sobre cobrança de impostos. Os Proveitos e Ganhos extraordinários aumentaram 474,96% devido à redução de provisões.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2016		2015		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	115.040,91	1,26%	103.311,04	0,80%	11.729,87	11,35%
Fornecimentos e serviços externos	2.306.179,81	25,27%	2.373.744,50	18,34%	-67.564,69	-2,85%
Custos com o pessoal	2.401.186,04	26,31%	2.426.094,41	18,75%	-24.908,37	-1,03%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	239.288,80	2,62%	164.853,37	1,27%	74.435,43	45,15%
Amortizações do exercício	3.490.098,39	38,25%	3.599.555,79	27,81%	-109.457,40	-3,04%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	3.192.143,95	24,66%	-3.192.143,95	-100,00%
Outros custos e perdas operacionais	156,64	0,00%	9.254,93	0,07%	-9.098,29	-98,31%
Custos e perdas financeiros	252.370,85	2,77%	280.470,84	2,17%	-28.099,99	-10,02%
Custos e perdas extraordinários	321.165,57	3,52%	793.120,69	6,13%	-471.955,12	-59,51%
Custos Totais	9.125.487,01	100,00%	12.942.549,52	100,00%	-3.817.062,51	-29,49%

Unid.: Euros

A rubrica de amortizações do exercício com 3.490.098,39€ e com um peso de 38,25% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspetiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, que no exercício de 2016 representam 25,27% e 26,31% dos custos totais, respetivamente.

Analisando a tabela verifica-se um aumento das rubricas de Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (11,35%) e de transferências e subsídios correntes (45,15%) de. Verificamos uma diminuição nos custos com as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos (2,85%), custos com pessoal (1,03%), amortizações do exercício (3,04%), outros custos e perdas operacionais (98,31%), e custos e perdas financeiros (10,02%), e custos e perdas extraordinários (59,51%).

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2016 e o exercício de 2015:

Rubricas	2016	2015
Resultados Operacionais	-1.405.689,55	-5.015.395,49
Resultados Financeiros	279.409,90	212.203,45
Resultados Correntes	-1.126.279,65	-4.803.192,04
Resultados Extraordinários	1.242.361,93	-521.183,19
Resultados Líquidos	116.082,28	-5.324.375,23

Unid.: Euros

Da análise dos resultados verifica-se uma tendência positiva em todos eles. Os Resultados Operacionais apresentam um melhoramento de cerca de 71,97%. Os Resultados Financeiros evoluíram favoravelmente em cerca de 31,67% resultante da redução de juros de mora em consequência da negociação com credores. Os Resultados Extraordinários apresentaram evolução positiva de cerca de 238,37%. O Resultado Líquido positivo, regista uma evolução favorável de cerca de 2,18%, o que em valor absoluto se traduz numa melhoria de 5.440.457,51€.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2016	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	391.388,17	357.112,61	34.275,56	9,60%
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	n.d.
Contribuintes, c/c	15.227,99	233,80	14.994,19	6413,25%
Utentes, c/c	213.074,21	209.322,56	3.751,65	1,79%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43	0,00	0,00%
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	n.d.
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	n.d.
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26	0,00	0,00%
Outros devedores	108.787,28	93.257,56	15.529,72	16,65%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Total da Dívida de Terceiros	391.388,17	357.112,61	34.275,56	9,60%

Unid.: Euros

Verifica-se um aumento da dívida de terceiros no exercício de 2016 em comparação com igual período do exercício anterior, no valor de 34.275,56€ sendo este resultante, na sua maioria, de receita proveniente de impostos indiretos e cativações da DGAL.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2016	2015	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	1.978.015,69	2.789.432,77	-811.417,08	-29,09%
Empréstimos a curto prazo	0,00	0,00	0,00	n.d.
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores c/c	938.436,89	1.322.341,77	-383.904,88	-29,03%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	n.d.
Clientes e utentes c/cauções	887,03	887,03	0,00	0,00%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	n.d.
Fornecedores de imobilizado c/c	46.849,44	126.645,06	-79.795,62	-63,01%
Estado e outros entes públicos	27.793,83	33.178,04	-5.384,21	-16,23%
Administração autárquica	11.664,49	13.892,24	-2.227,75	-16,04%
Outros credores	952.384,01	1.292.488,63	-340.104,62	-26,31%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	11.558.917,24	12.948.494,25	-1.389.577,01	-10,73%
Dívidas a instituições de crédito	11.319.671,69	12.449.436,70	-1.129.765,01	-9,07%
Outros Credores	239.245,55	499.057,55	-259.812,00	-52,06%
Total da Dívida a Terceiros	13.536.932,93	15.737.927,02	-2.200.994,09	-13,99%

Unid.: Euros

No final de 2016, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 1.978.015,69€, inferiores em relação ao ano anterior na ordem dos 29,09%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente à participação no capital social do FAM a realizar em 2017 no valor de 59.812€ e à dívida existente à Agência para o Desenvolvimento e Coesão relativamente aos processos de devolução QREN, no valor de 783.619,51€.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 9,07% em relação a 2015, devendo-se este à amortização de empréstimos existentes. Esta rubrica encontra-se influenciada negativamente pelo recebimento da 3.ª tranche PAEL. O valor registado na rubrica Outros Credores diz respeito à participação no capital social do FAM a realizar nos anos de 2018 a 2021, no valor de 239.245,55€.

O total da dívida a terceiros apresenta uma diminuição de 13,99%, esta diminuição verifica-se na dívida de médio e longo prazo (10,73%) e na dívida de curto prazo (29,09%).

Importa referir que existe um empréstimo bancário cujos encargos não estão a ser liquidados nos prazos estabelecidos, situação que se arrasta desde o exercício de 2013. À data de 31 de Dezembro de 2016 o valor acumulado destes encargos ascende a 1.057.910,38€, sendo que 291.829,48€ respeitam a incumprimento no ano;

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor 116.082,28 euros (cento e dezasseis mil e oitenta e dois euros e vinte e oito cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

▪ Reservas Legais	5.804,11€
▪ Património	110.278,17€

6. OUTROS FATORES RELEVANTES

Após a data do fecho do exercício, foi efetuado um acordo de pagamentos com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., quanto ao processo de recuperação de dívidas existente, relativo às Operações CENTRO-09-0650-FEDER-004004 e CENTRO-09-0656-FEDER-001001, que se cifra em 783.619,51€, à data de 31 de Dezembro de 2016.

Assim, o montante em dívida será pago em 36 prestações mensais sucessivas no valor de 23.135,57€ cada. Sobre o montante a restituir em prestações incidem juros à taxa legal de 4% (Portaria 291/03 de 8 de Abril).

Foi tomado conhecimento do relatório final da ação de controlo, por parte da Autoridade de Gestão do maisCENTRO – Programa Operacional Regional do Centro, relativo à Operação Centro Escolar Norte EDU-2009-06-002-1603 (CENTRO-09-0644-FEDER-006002), que propõe uma correção financeira efetiva FEDER de 343.334,02€.

Santa Comba Dão, 6 de abril de 2017